

1 **ATA DA CENTÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (CES-MG),**  
3 **REALIZADA DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DE 2022, PELA PLATAFORMA**  
4 **VIRTUAL ZOOM.** Pauta: 9h às 11h30 - Apreciação e deliberação da  
5 Programação Anual de Saúde de 2022; 10h30 às 10h45 – Intervalo; 11h30 às  
6 12h – Encaminhamentos. A reunião foi iniciada às 9h com o presidente do CES-  
7 MG, Ederson Alves (CUT-MG) informando que será discutida a Programação  
8 Anual de Saúde (PAS 2022). Em seguida a Câmara Técnica de Orçamento e  
9 Finanças (CTOF) apresentou o parecer, lembrando que a PAS é uma parte do  
10 Plano Estadual de Saúde (PES). A gestão apresenta um Plano Estadual de  
11 Saúde (2020 a 2023), e a cada ano deste plano é apresentada a Programação  
12 Anual de Saúde do ano de exercício posterior. O CES-MG é um órgão  
13 deliberativo e os instrumentos de gestão devem, obrigatoriamente, ter todas as  
14 ações de saúde da gestão avaliadas, sendo que a CTOF apenas assessora o  
15 órgão deliberativo. A CTOF analisou a PAS 2022 de acordo com a Lei  
16 Complementar 141/2012 e encaminha parecer ao Plenário para sua apreciação  
17 e deliberação. Após, a conselheira estadual Lourdes Machado (CRP-MG) disse  
18 que foi aprovada a Política de Saúde Mental, a única política aprovada pelo CES-  
19 MG de 2016 e todo serviço de Saúde Mental deve ser territorializado, com  
20 política de redução de danos em todos os princípios da Reforma Psiquiátrica  
21 Antimanicomial e princípios do SUS. Mas quando se trata das comunidades  
22 terapêuticas (CT): 1º- são serviços que são organizações sociais privadas; 2º-  
23 não são equipamentos de saúde, toda vez que precisa da saúde, voltam para a  
24 Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e que durante todo esse tempo houve  
25 muita precarização da Rede de Saúde Mental em função do Programa Aliança  
26 pela Vida, com a destinação de muita verba para o programa; é preciso cumprir  
27 a Resolução e trabalhar com os Serviços Substitutivos em Saúde Mental; quanto  
28 a religiosidade, o estado é laico e temos que respeitar todas as religiões sem  
29 impor nenhuma, o que não ocorre nas CT's; a maior parte delas “tratam” a  
30 pessoa usuária pelo viés religioso; reforça a necessidade do Estado investir nos  
31 serviços públicos e não nos serviços privados. Essa Resolução foi homologada  
32 na época pelo secretário de Estado de Saúde e aprovada na Comissão  
33 Intergestores Bipartite (CIB); mencionou também o Prontuário Eletrônico, que o  
34 CES-MG poderia iniciar esta campanha cobrando da SES-MG e fazer uma  
35 matéria sobre o eu é o Prontuário Eletrônico e ver em quais municípios já estão  
36 implantados, realizar uma campanha via Conselho para conseguirmos implantá-  
37 lo devido à fragilidade de perda de dados; deve ser pautado na CIB e Conselho  
38 de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS); finaliza dizendo  
39 que a Mesa Diretora da gestão anterior 2019/2022 solicitou a compra do Google  
40 Meet, dos notebook's e os recursos necessários para melhoria das atividades do  
41 CES-MG. A conselheira estadual Gláucia de Fátima Batista (CRESS-MG) falou  
42 da questão gravíssima dos recursos do SUS terem ido para as entidades que  
43 não fazem parte da RAPS porque existem relatórios de fiscalizações divulgando  
44 ([https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorio-da-inspecao-nacional-em-](https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas/)  
45 [comunidades-terapeuticas/](https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas/)), o que comprova a violação de vários direitos  
46 humanos nessas CT's e não pode-se concordar que dinheiro do SUS vá para  
47 instituições denominadas comunidades terapêuticas e outros que não seguem  
48 os princípios constitucionais do SUS, sem subordinação à vigilância sanitária,  
49 descumprindo as normatizações de saúde pública. Sobre a saúde das mulheres,  
50 que apesar de ter acontecido uma conferência estadual sobre saúde das

51 mulheres, Gláucia disse que as propostas deliberadas não foram incluídas na  
52 programação, nem no planejamento. Ao pesquisar na PAS saúde da mulher,  
53 nem um título, nem subtítulo aparecem, sendo que mulheres são mais de 50%  
54 da população; variados assuntos foram discutidos na Comissão Intersetorial de  
55 Saúde das Mulheres (CISMu) referentes à saúde da mulher, como violência  
56 sexual de forma geral, de gênero, no puerpério, pessoa idosa, a equidade na  
57 saúde das mulheres. Em outubro e novembro de 2021 foram realizados o  
58 Seminário Estadual e Saúde das Mulheres, Seminário Sudeste, Seminário  
59 Nacional de Saúde das Mulheres e que será apresentado o relatório nacional no  
60 Fórum Social Mundial em Porto Alegre; informou que todas estas propostas não  
61 foram incluídas no planejamento, no orçamento da saúde do SUS-MG e que com  
62 a pandemia houve maior adoecimento, reverberando todos os problemas já  
63 existentes com relação às mulheres: as violências, violência sexual,  
64 adoecimento. Além do trabalho remunerado, as mulheres passaram a cuidar de  
65 várias pessoas doentes; perderam os empregos e tudo piorou para as mulheres  
66 no processo de pandemia covid-19. É importante que a CTOF acompanhe de  
67 perto e que conselheiras e conselheiros que acompanham as reuniões via  
68 YouTube sigam de perto a implementação de todas as propostas aprovadas que  
69 não estão incluídas no orçamento da saúde. Gláucia disse que a SES-MG  
70 regrediu para a década de 80, pois passou a considerar mulheres somente como  
71 barriga e peito, acabaram com a Coordenação Estadual de Saúde das Mulheres,  
72 e não se tem uma Coordenação Estadual da Pessoa Idosa; Minas Gerais não  
73 atende às mulheres dentro dos princípios do SUS: universalidade, integralidade  
74 e equidade em saúde; é necessário criar a Coordenação de Saúde das Mulheres  
75 e solicita colocar essa reivindicação no relatório. Sobre as cirurgias eletivas, após  
76 apresentação, Ederson coloca como encaminhamento a realização de uma  
77 Plenária para discutir cirurgias eletivas. Gláucia propõe que todo recurso do SUS  
78 para a Saúde Mental seja investido somente na RAPS. A conselheira estadual  
79 Leida Uematu solicita informações sobre as CT's: quando vence o contrato,  
80 quanto estão recebendo. Ederson pede a Leida que formalize o pedido por meio  
81 da Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica (CERP). A servidora da  
82 Assessoria de Parceria da SES-MG Lígia Camargos informa que a SES se  
83 manifestará solicitado o relatório via SEI; A representante da Assessoria  
84 Estratégica da SES-MG Thaís Maia disse que na ação 4437, o recurso teve uma  
85 ampliação por conta de reajuste de aluguel e de questões de reforma de  
86 infraestrutura em algumas regionais com comprometimentos na estrutura.  
87 Quanto às questões das medidas judiciais, parte do recurso está bloqueado e aí  
88 pode sair de qualquer conta do estado, sendo valor expressivo. Reajuste de  
89 medicamentos e muitas demandas judiciais são de compras internacionais  
90 sujeito a variação cambial. Disse que será verificado o repasse para as intuições  
91 que atendem os critérios estabelecidos na Resolução do CES-MG. Sobre os  
92 medicamentos, será incorporado na ação 4466 para reduzi-la, mas se o juiz  
93 deferir, a SES-MG é obrigada a cumprir. Sobre informações do Farmácia de  
94 Minas, o conteúdo será encaminhado para o CES-MG. Sobre os Hospitais  
95 Plataforma, será encaminhado sobre como será gasto, sendo que são várias  
96 frentes da Política Valora Minas. Na Política de Atenção Hospitalar parte do  
97 recurso de implantação e manutenção da urgência que está na ação 4461, foi  
98 incorporada à ação 4457. Os hospitais regionais têm muito o que fazer pela fonte  
99 10, recurso próprio, algumas questões entraram nas separatórias. Regulação do  
100 acesso teve ampliação expressiva, e muito da ação 4452 que é de regulação, no

101 ano passado não foi executada dentro da ação 4452, porque a maior parte dos  
102 atendimentos 2020 e 2021 foram realizados na ação 1008 que é da covid-19,  
103 porque o que estava demandando maior esforço, foi executado em ação  
104 específica por conta da pandemia. Apoio e fortalecimento Rede da Mulher e da  
105 Criança diz não saber se será possível contemplar tudo que consta no anexo.  
106 Tem coisas que não é de governabilidade do estado, então não tem como atuar,  
107 como, por exemplo, revogar uma portaria federal. Isso não é competência da  
108 SES-MG, dentro do escopo permitido em lei complementar. Como ação e serviço  
109 de saúde se for competência da SES-MG será incorporado dentro da área  
110 técnica, incluir todas as ações executadas em 2023, porque isso envolve todo  
111 um processo de pactuação das políticas. Com relação aos recursos da Atenção  
112 Primária, foi levado para área verificar uma ampliação. Além disso, como está  
113 colocando a dívida em ordem, estão sendo recebidos muitos recursos  
114 relacionados à Atenção Primária. Tem que ver se faz sentido, porque se colocar  
115 muito recurso de uma vez, haverá dificuldade de executar o recurso, tendo  
116 sempre que buscar um equilíbrio. Quanto a questão das emendas  
117 parlamentares, a ação 2087 não tem como interferir no valor que é alocado,  
118 porque é definido em legislação. Deputadas/os podem alocar em emendas  
119 impositivas, seno obrigatório o cumprimento, então qualquer mobilização precisa  
120 ser realizada junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Sobre os  
121 prontuários, foi descontinuada a implantação e, neste governo, não foi retomado  
122 nada neste sentido. Será respondido formalmente, com mais detalhes, o  
123 questionamento do planejamento. Disse ter entendido que querem algo mais  
124 detalhado, principalmente referente às eletivas, foi falado com Lígia para tentar  
125 recuperar as perguntas e respostas que a Mesa Diretora encaminhou para tentar  
126 consolidar tudo e dar um retorno consolidado para todos. O investimento em  
127 Atenção Primária está aquém das necessidades da população de Minas Gerais;  
128 falando que a programação no artigo 36 da Lei 141, parágrafo II, os entes da  
129 federação deverão encaminhar a PAS do PES para aprovação, inclusive antes  
130 da data de encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Então,  
131 se é para aprovação, pode-se também reprovar. Há denúncia de que nos  
132 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), as radiografias são pagas pela  
133 própria pessoa usuária. Ederson informa que o maior indicador na conferência  
134 aprovado foi o investimento na Atenção Primária em Saúde, prioritária, reduzindo  
135 o atendimento na Média e Alta Complexidade, quando há cuidado oportuno  
136 ofertado. Gláucia falou que é necessário financiamento suficiente na Atenção  
137 Primária para cuidar de toda população; que o SUS construiu o cuidado nos  
138 territórios onde as pessoas vivem e trabalham e os demais serviços em rede com  
139 coordenação da Atenção Primária, que deve ampliar toda a rede de cuidados.  
140 Mais de 80% da população procura o centro de saúde, em final de semana,  
141 feriado e após o fechamento do Centro de Saúde vão para os serviços de  
142 urgência e emergência. Ederson pede para colocar as seguintes observações  
143 no relatório 1- compra da plataforma Google Meet para o CES-MG. Depois de  
144 testar Teams, Zoom, Prodemge, colocar como observação que essa solicitação  
145 está inserida no processo SEI, com as datas 13/05/2021, 27/01/2021; 2- a  
146 deputada Beatriz Cerqueira destinou R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)  
147 para compra de equipamentos para o CES-MG; 3- criar Coordenação Estadual  
148 de Saúde das Mulheres e Coordenação da Pessoa Idosa; 4- Cirurgias eletivas  
149 condicionar o estado um prazo máximo de trinta dias para se reunir com os CMS  
150 nas superintendências de saúde. Outros encaminhamentos serão incorporados

151 da reunião ordinária do CES-MG da pauta Cirurgias Eletivas; 5– Chamar uma  
152 reunião com uma comissão para discutir a Política da Atenção Primária; 6– A  
153 política da Atenção Primária deve ser apreciada e aprovada pelo CES-MG, (o  
154 percentual de investimento na Atenção Primária será aprovado pelo CES-MG);  
155 7- em relação ao prontuário, que o CES-MG seja disparador disso por meio de  
156 uma campanha. Fazer um levantamento dos municípios quem já tem o  
157 Prontuário Eletrônico, como está funcionando. Conselheiras e conselheiros  
158 aprovam a PAS 2022, com ressalvas. Participaram da reunião: Antônio de Pádua  
159 Aguiar, entidade CUT-MG, segmento usuário; Ariete do Pépetuo Socorro  
160 Domingues de Araújo, entidade SINDMED, segmento trabalhador; Carolina Reis  
161 Alves, entidade SEE, segmento trabalhador; Cordovil Neves de Souza, entidade  
162 Morhan, segmento usuário; Denílson Gonçalves, entidade Morhan, segmento  
163 usuário, Ederson A. da Silva, entidade CUT-MG, segmento usuário; Eri  
164 Rodrigues, entidade Morhan, segmento usuário; Fernanda Coelho Carvalho,  
165 entidade COLETIVO – BIL, segmento usuário, Geraldo Heleno Lopes, entidade  
166 FAP, segmento usuário; Gláucia de Fátima Batista, entidade CRSS-MG  
167 segmento trabalhador; Ione Martins Fortunato, entidade SINTSPREV, segmento  
168 trabalhador; Íris de Souza Almeida, entidade UEMP, segmento usuário; Josinei  
169 Vilarino, entidade COSEMS, segmento gestor; Julimar de Souza, entidade  
170 CNBB Leste II, segmento usuário; Leida Uematu, entidade Fórum Mineiro de  
171 Saúde Mental, segmento usuário; Lourdes Aparecida Machado, entidade CRP-  
172 MG, segmento trabalhador; Marília Aparecida Rosário Oliveira Santos, entidade  
173 Federassantas, segmento prestador; Maryane Rodrigues Ferreira, entidade  
174 ABRALE, segmento usuário; Mauro Lúcio Henrique de Carvalho, entidade  
175 COPASA, segmento prestador; Pedro Israel da Cunha, entidade CNBB LESTE  
176 II, segmento usuário; Roberta Iara Borges, entidade Ministério da Saúde,  
177 segmento gestor; Roberto Santana Lisboa Batista, entidade CRF-MG, segmento  
178 trabalhador; Rosália Aparecida Martins Diniz, entidade SEE, segmento gestor,  
179 Rubens Silvério da Silva, entidade FAMEMG, segmento usuário; Simone  
180 Grazielle Silva Cunha, entidade ABEN, segmento trabalhador; Tatiane Aparecida  
181 Fonseca, entidade CUT-MG, segmento usuário; Terezinha de Oliveira Rocha,  
182 entidade FADEMG, segmento usuária, Thomas Cristofaro Warrener, entidade  
183 SEDE, segmento gestor. Convidados: Ligia Camargos, Ethiara Vieira, Poliana  
184 Cardoso, Isaac Alcântara, Paulo Falcão, Thaís Maia. Nada mais havendo a  
185 tratar, a reunião foi encerrada, e lavramos a presente ata. Fabiana C. Sales de  
186 Alcântara (Secretária Executiva) e Gláucia de Fátima Batista (1a Secretária da  
187 Mesa Diretora do CES-MG).